

Circuitos Curtos de Produção e Consumo

O desenvolvimento local e de territórios, ao longo da história do Brasil, é visto como a reprodução, em escala menor, do modelo de desenvolvimento nacional. E como o modelo de desenvolvimento nacional se submete à lógica e aos atores da globalização dos mercados, como acontece em quase todos os demais países, ele favorece as grandes empresas, os grandes conglomerados, sejam eles brasileiros ou internacionais. E os governos, capturados por estes interesses, orientam as políticas públicas para lhes dar suporte em seu crescimento e lucratividade.

Governos constituídos democraticamente para formular políticas que contemplem o interesse das maiorias, que ampliem seu bem-estar, passam a orientar suas ações para atender os interesses particulares das grandes corporações, que só se preocupam com sua própria reprodução, nunca com o território em que operam. Podemos identificar esses processos também no Brasil, onde grandes empreiteiras de obras públicas brasileiras recebem fortes críticas por sua atuação, por exemplo, no Equador e na Bolívia; fábricas de calçados saem do Estado de São Paulo e mudam-se para o Nordeste, ou mesmo para outros países, onde os custos de mão de obra são mais baratos, etc. Da mesma forma, as disputas em torno da aprovação do Código Florestal refletem esta correlação de forças, onde os setores empresariais do agronegócio tem a capacidade de lobby e mobilização que impõe ao governo suas posições e suplanta a capacidade de resistência democrática dos interesses da agricultura familiar, por exemplo. É uma lógica imediatista que busca maximizar o lucro a qualquer preço. Se este ou aquele território lhes oferece menos vantagens, mudam-se para outros, onde possam usufruir de maiores vantagens, mesmo que estas advenham de menores salários ou qualquer outro tipo de destituição de direitos da população local, como o uso dos impostos, do dinheiro público, em seu benefício.

Este domínio do grande capital sobre as políticas de governo é que orienta as políticas macroeconômicas para subsidiar o setor exportador, ainda que as exportações não cheguem a representar 15% de nosso PIB. Mas mesmo no mercado interno esta lógica do governo apoiar os grandes é dominante, as políticas macroeconômicas são para atender as 60 mil grandes empresas do Brasil, especialmente as maiores dentre elas. As outras 6 milhões de micro e pequenas empresas são preteridas, ficam com uma fatia muito magra do bolo. E estamos apenas considerando os empreendimentos formais. Para além deles existe o que se denomina economia informal, um enorme campo de iniciativas que absorve mais da metade da População Economicamente Ativa, isto é, dos trabalhadores brasileiros.

Durante muitos anos, e até hoje, a noção de desenvolvimento predominante é a que identifica desenvolvimento com crescimento econômico. O que é coerente com os interesses dessas grandes corporações, que tem como objetivo a maximização do lucro, sendo que tudo o mais é subordinado a este interesse maior e imediato.

A justificativa para identificar crescimento com desenvolvimento se assenta numa ideologia consumista, onde as identidades sociais se constroem a partir da posse de bens e da apropriação simbólica de status a partir de itens de consumo, como um tênis, um telefone celular, um carro. O argumento é que este crescimento gera empregos e riqueza para o território em que está localizado. A partir desta compreensão, estabelece-se uma disputa entre governos locais para que as grandes empresas venham a se sediar no seu território, pois isso traria o desenvolvimento. Para conquistar a nova grande indústria ou comércio estes governos locais promovem isenções fiscais por décadas, doam terrenos e infraestrutura, participam de um verdadeiro leilão de bens públicos.

Se é que alguma vez estes argumentos valeram no passado e estes leilões vieram a beneficiar a população local, a realidade mudou. Os avanços tecnológicos e a automação reduziram drasticamente as oportunidades de geração de empregos locais. E é exatamente porque ciência e tecnologia se transformaram em forças produtivas que elas são controladas, em todo o mundo, pelos interesses do mercado. Quanto à riqueza gerada, ela é aspirada do plano local e jogada no circuito financeiro especulativo internacional, não beneficia e economia local.

Basta analisar as principais empresas em cada setor. Elas são poucas e controlam seus mercados, vão moldando a sociedade em que atuam. Duas ou três redes de supermercados controlam o comércio varejista de alimentos, e são responsáveis pelo fechamento de inúmeros pequenos negócios, como as quitandas; os shoppings acabam com o comércio local; tudo isso expressa uma tendência geral de concentração de poder e riqueza.

Todas as tendências de longo prazo são tendências concentracionistas, não são tendências de repartição do poder econômico, promovem fusões de mega empresas e maior concentração do poder e da renda. Nunca a riqueza e a renda estiveram tão concentradas em escala global. E essa é uma das mais importantes causas da crise atual.

A crise sistêmica do modelo da globalização, da qual estamos vendo apenas os primeiros capítulos, traz uma novidade: o mantra neoliberal dos ajustes está abalado e seu questionamento abre espaço para a discussão de novas idéias, para ações de contestação, para o debate de alternativas a estas políticas. É o que nos sugere os movimentos sociais na Europa e nos EUA, não por acaso as regiões mais afetadas pela presente crise. Os jovens ocupam as praças públicas, promovem manifestações, se enfrentam com a polícia, se posicionam contra os interesses dos grandes bancos e a concentração da riqueza e da renda.

No plano político, a imposição das políticas de ajuste desafia a democracia burguesa e suas instituições, criadas há mais de 200 anos atrás. Elas não dão conta mais de processar os conflitos. O mesmo acontece com as instituições

multilaterais, criadas há mais de 50 anos pelo acordo de Bretton Woods. A crise econômica se amplia para uma crise do sistema político, e isso se dá num momento que favorece os avanços da direita e do fundamentalismo islâmico no plano internacional. No entanto, um alerta parte dos jovens concentrados na Puerta Del Sol, em Madri. Um cartaz diz: “nossas esperanças não cabem nas vossas urnas”.

É neste cenário de mudanças profundas que se abre a discussão sobre o futuro. O neoliberalismo jamais discutiu o futuro. A crise abre espaço para a discussão e o questionamento do atual modelo de desenvolvimento. E surgem novas vozes que defendem que o desenvolvimento nos dê vida, não produtos; que propõe produzir aquilo que precisamos, não aquilo que as empresas querem que consumamos para atender à sua ganancia por lucro¹

Justamente porque o modelo favorece os grandes e coloca o Estado a seu serviço, é que os demais têm de lutar pela sobrevivência. Num país como o Brasil, campeão da desigualdade social, grande parte da população se encontra desafiada a criar novas formas de geração de trabalho e renda.

Como fazem para sobreviver os 25 milhões de brasileiros que vivem com menos de R\$ 6,00 por dia? Ou os 100 milhões de brasileiros que vivem com até R\$ 13,00 por dia?² Trata-se realmente de uma luta pela sobrevivência, que muitas vezes lança mão da solidariedade como estratégia e cria, por exemplo, os assentamentos dos sem terra, cooperativas de produção e consumo, inúmeras iniciativas no campo da economia solidária e da criação de tecnologias sociais.

É a contraposição de dois modelos. O dos circuitos longos de produção e consumo, domínio das transnacionais; e o dos circuitos curtos de produção e consumo, que são o campo de atuação dos atores e da economia local. Como, evidentemente, não se trata de substituir um circuito pelo outro, as estratégias são de fortalecer progressivamente os setores e atividades da economia que permitem a integração de um maior contingente de pessoas que hoje se beneficiam de programas sociais, mas que precisam também desenvolver suas próprias capacidades de inserção social e produtiva a partir de suas iniciativas.

São muito importantes os programas de transferência de renda implantados e fortalecidos pelo governo federal nos últimos anos. Eles retiraram da condição de extrema pobreza mais de 35 milhões de pessoas e abrem, com isso, a possibilidade dessas pessoas se integrarem a iniciativas empreendedoras, a micro e pequenos negócios, tanto no setor informal da economia quanto no formal. A pressão que fazem estes atores tem levado o governo federal a inaugurar novos programas, como o Pronatec, de formação profissional técnica, que pretende, em 3 anos, oferecer capacitação para mais de 1,3 milhões de jovens; ou a financiar iniciativas como o do programa “1 milhão de cisternas”, de iniciativa de uma rede nordestina da sociedade civil denominada “Articulação do Semi-Árido”.

1 LESBAUPIN, Ivo. ABONG. “Por uma nova concepção de desenvolvimento”. *Le Monde Diplomatique Brasil*, nov/2010.

2 Censo 2010.

Por circuitos longos entendemos, por exemplo, a exportação de commodities. A soja que é plantada na região central do país e que é exportada para a China. Tomemos este exemplo. A plantação extensiva de soja requer grandes áreas e acaba por concentrar ainda mais a terra no Brasil, expulsando a agricultura familiar. As técnicas de produção são todas mecanizadas, requerendo grande maquinaria e técnicos especializados para operá-las. Tudo isso requer muito capital. É preciso investir em silos, estradas de ferro, portos, navios, sem considerar o enorme gasto de energia.

Os circuitos longos, ao contrário do que prega a ideologia do mercado, pauperizam o território em que operam, retiram dele recursos naturais e a riqueza gerada pela produção, que é transferida para os centros financeiros internacionais. Como seu objetivo não é o desenvolvimento do território, também não se preocupam com a degradação ambiental que geram. Com a adoção de novas tecnologias, dos avanços na mecanização e na automação, estes grandes empreendimentos passaram também a absorver muito pouca mão de obra local. O saldo para os atores locais e o desenvolvimento do território não é favorável.

Um olhar crítico sobre os circuitos longos, sobre as grandes escalas e os grandes percursos que favorecem a concentração do capital e prejudicam o meio ambiente, a qualidade de vida e a estrutura social, é o ponto de partida para questionarmos este paradigma de produção e consumo.

2. Circuitos curtos

Por circuitos curtos entendemos a busca pela aproximação entre os locais de produção e consumo de bens e serviços; a redução da escala das distâncias percorridas pelos produtos a serem transportados; a diminuição da necessidade de uso de redes de transporte, energia e logística; a utilização de mão de obra do território; o financiamento em condições acessíveis aos micro e pequenos empreendedores com novos mecanismos de intermediação financeira; a maior participação dos atores sociais nos processos de decisão política, o maior cuidado com o meio ambiente do lugar em que vivem.

Os circuitos curtos buscam que a produção e o consumo, sempre que possível, se dêem no mesmo território, beneficiando sua cidade ou região. Não se trata apenas de encurtamento de distâncias, mas de estruturar uma economia de empresas locais, pequenas e grandes, que estimulem a circulação de riqueza no local, articulem cadeias produtivas, absorvam a mão de obra local, necessitem pouco capital e utilizem baixa tecnologia, abrindo espaço para que estas iniciativas sejam também empreendimentos populares.

Esta abordagem, centrada no fortalecimento dos circuitos curtos de produção e consumo, é resultante dos ensinamentos de uma longa trajetória de experiências nascidas na sociedade civil, que são fruto das práticas de resistência e das iniciativas de movimentos sociais e redes de cidadania na busca por soluções para se enfrentar os problemas da pobreza no Brasil. Os circuitos curtos são inspirados em experiências de desenvolvimento local, com todas suas

variantes, economia solidária, comércio justo, e agrega um novo componente, a preocupação com a sustentabilidade ambiental.

A proposta é que, ao fortalecer os circuitos curtos de produção e consumo, o projeto de desenvolvimento busque a criação de oportunidades para os atores locais, maiores possibilidades de promover a sustentabilidade ambiental, a equidade social e a qualidade de vida no território.

Do ponto de vista da segurança alimentar, por exemplo, o fomento à agricultura familiar, a redução das distâncias a ser percorrida pelos alimentos, a recuperação do cultivo de subespécies locais, a comercialização em menor escala de alimentos, são agendas diretamente relacionadas aos circuitos curtos, e se contrapõem à grande produção baseada na grande propriedade, bem como aos sistemas de comercialização hiper centralizados.

Programas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar, que coloca a exigência de que 30% da alimentação escolar seja comprada dos produtores locais, são um bom exemplo de iniciativas que visam a construção de novos paradigmas e o encurtamento dos circuitos de produção e consumo. No que diz respeito à agricultura familiar, este não é o único programa que fortalece os circuitos curtos, tendo grande importância também o PRONAF e o Programa Nacional de Aquisição de Alimentos, que também vivem suas dificuldades de implantação e estão, no momento, cobrindo algo como cerca de 30% de sua demanda potencial.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar, segundo sua lei, obedece os seguintes princípios: “**o direito humano à alimentação adequada**, visando garantir a segurança alimentar e nutricional dos alunos; II – **a universalidade do** atendimento da alimentação escolar gratuita, a qual consiste na atenção aos alunos matriculados na rede pública de educação básica; III – **a equidade**, que compreende o direito constitucional à alimentação escolar, com vistas à garantia do acesso ao alimento de forma igualitária; IV – **a sustentabilidade** e a continuidade, que visam ao acesso regular e permanente à alimentação saudável e adequada; V - **o respeito aos hábitos alimentares**, considerados como tais, as práticas tradicionais que fazem parte da cultura e da preferência alimentar local saudáveis; VI - **o compartilhamento da responsabilidade pela oferta da alimentação escolar e das ações de educação alimentar e nutricional entre os entes federados**, conforme disposto no art. 208 da Constituição Federal; e VII – **a participação da comunidade no controle social**, no acompanhamento das ações realizadas pelos Estados, Distrito Federal e Municípios para garantir a execução do Programa”.

Mas mesmo com a importância que tem esta iniciativa, é importante observar que muitos municípios não estão conseguindo ultrapassar as barreiras burocráticas e da necessidade do desenho de novas políticas públicas para implementá-lo, precisam de apoio para superar estas limitações. Ainda assim, com todas suas limitações, este programa já é um sucesso, abre novas possibilidades, e já está sendo reproduzido em 19 outros países.

Esta abordagem também pode ser atuante na formulação de novas políticas

públicas, como os governos locais terão de elaborar para atender o recém-aprovado Plano Municipal de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos. O apoio a sistemas descentralizados de coleta seletiva e reciclagem, o apoio à organização de catadores em cooperativas, carregam o mesmo sentido de redução de custos e danos ambientais, abrem espaço para a participação de novos atores locais, cooperativas, empreendedores individuais, micro e pequenos empresários, que antes se achavam excluídos pelas próprias exigências dos editais de licitação e pelo modelo de coleta de lixo dominante, orientado para atender as grandes empresas.

A agenda local se identifica com a agenda global. O desafio é participar deste movimento mundial: o da disputa por um novo modelo de desenvolvimento. E toda atenção deve ser dada a processos que atuem no sentido de atenuar ou neutralizar as tendências concentracionistas que existem.

Sabemos que nenhuma sociedade se viabiliza exclusivamente baseada em circuitos curtos. A questão central é fortalecer essas iniciativas. A convivência com os circuitos longos deve buscar o desenvolvimento do território e o fortalecimento dos atores locais.

A crise sistêmica do capitalismo globalizado abre um período de transição de modelo de desenvolvimento, que alguns analistas, como Wallerstein, estimam que possa durar de 40 a 50 anos, antes que se afirme um modelo de produção pós-capitalista. E o fortalecimento dos circuitos curtos pode ser uma das estratégias de transição que colabore para viabilizar um novo modelo de produção como hegemônico. É preciso avançar na idéia dos circuitos curtos como princípio geral, organizador e aplicável às mais variadas situações, a partir de uma visão sistêmica e não setorializada.

Já se encontram em andamento iniciativas/estratégias de sobrevivência que, intencionalmente ou não, além de gerarem renda e condições de subsistência, apontam para a alteração das relações sociais de produção e das relações entre produtor x consumidor, num marco de solidariedade fundado em valores coletivos e associativistas. São iniciativas que estão fora das relações capitalistas de produção, que não são fundadas na exploração do trabalho. Elas apontam para uma “nova ética” e para novas relações de trabalho e de gestão coletiva dos meios de produção. Uma visão dos mercados alicerçada em bases éticas e solidárias e sustentada por alianças entre produtores e consumidores.

Recentemente, o Instituto Pólis fez uma pesquisa e identificou uma grande quantidade de experiências com estas características. Deste conjunto foram selecionadas 11 experiências e feitos estudos de caso, publicados em 2010.³ De qualquer maneira, vale salientar algumas delas. A do Banco Palmas, que surge a partir de uma demanda de urbanização de uma área precária de Fortaleza, o Conjunto Palmeiras, e evolui para a criação de um sistema de microcrédito e de uma moeda social – o Palmas – aceito pelos comerciantes locais. A construção de uma cadeia ecológica do algodão solidários, a Justa Trama, uma rede cooperativa

3 “Novos Paradigmas de Produção e Consumo: experiências inovadoras”; org. Leandro Moraes e Adriano Borges; São Paulo ; Instituto Pólis; 2010.

de seis empreendimentos econômicos associativos, cujo produto final são roupas. A cidade digital de Pirai e o direito à informação. A Asmare, associação de catadores de Belo Horizonte, e sua contribuição para a sustentabilidade ambiental da cidade. A Cooper Ecosol, em Passo Fundo, Rio Grande do Sul, que trata do consumo responsável no âmbito da economia solidária e da segurança alimentar, propondo a reestruturação de cadeias produtivas locais.

Giuseppe Cocco (2006) caracteriza estas experiências como uma “multidão produtiva” e “radicalmente democrática”, num “conjunto de singularidades que cooperam entre si”, que se alinham com a ideia da mobilização democrática e produtiva dos territórios, que visam o desenvolvimento socioterritorial a partir do fortalecimento de novos sujeitos políticos e da constituição do comum.

Tais iniciativas locais são expressão de um conjunto de conhecimentos, habilidades, princípios, adquiridos ao longo do tempo, que dão “sentido” e “identidade” a um conjunto de práticas que geram dinâmicas econômicas, organizativas e de articulação política. Experiências com um enriquecido repertório de práticas técnico-produtivas e de organização econômica e social que se pretendem criadoras de novos territórios e modos de vida.

No entanto, como aponta José Luis Coraggio, é importante notar que estas práticas surgem da incapacidade do “sistema” de incorporar a todos, fazendo com que pessoas, famílias, grupos e comunidades locais recorram, crescentemente, às “táticas coletivas de sobrevivência” (Coraggio, 2003).

Os empreendimentos econômicos solidários (EES) atuam com base na valorização do trabalho, do saber, da criatividade; no trabalho associado e na propriedade coletiva dos meios de produção; na autogestão de empreendimentos pelos trabalhadores; na construção de redes de colaboração solidária como forma de integração entre diferentes iniciativas.

O tema do desenvolvimento local, agora mais propriamente chamado de desenvolvimento do território, ganha de novo destaque. Se o novo projeto de desenvolvimento do país vier a atender prioritariamente o circuito superior da economia, como o denomina Milton Santos, então a lógica da produção da desigualdade permanece dominante. Mas se o novo projeto de desenvolvimento privilegiar os milhões de micro e pequenos empreendimentos, privilegiar a formalização da economia informal, garantindo-lhes direitos como o previdenciário, o projeto de desenvolvimento local tem de ser outro. Tem que se inspirar nas necessidades das maiorias, nas iniciativas e inovações que vem de baixo.

É propósito do governo federal formalizar o informal, estendendo com isso direitos previdenciários, por exemplo, para quem não os tinha. Mas será isso possível num país em que 64% da PEA está no setor informal? Milton Santos diz que a maior criatividade e inovação estão no setor informal da economia, é daí que vêm experiências que nos ajudam a construir novos paradigmas. Segundo ele, não deveríamos, e nem podemos, inibir o surgimento de estratégias de sobrevivência carregadas com um novo sentido, cooperativo e solidário, para a solução de seus problemas. Alternativas como a proposta de renda básica do senador Suplicy contornariam a necessidade de formalização de todas as

relações de trabalho, garantindo direitos universais, isto é, para os empregados e desempregados. Se entendermos a proposta do governo federal no sentido de buscar assegurar direitos, ampliar a formalidade de nossa economia é um deles.

Como um panorama de fundo desta discussão sobre as possibilidades de desenvolvimento do território, há toda uma trajetória das políticas de desenvolvimento local, que vale a pena mencionar.

Num primeiro momento, década de 80, tratava-se de capacitar o governo e os demais atores locais para que eles promovam o próprio desenvolvimento. Esta abordagem trouxe resultados positivos, melhoria nas políticas, maior cobertura social, e abriu espaço para a democratização da gestão, com a criação de espaços de participação. Mas mostrou também os seus limites, particularmente os limites orçamentários e os limites do próprio arcabouço legal e institucional dos governos locais. Não é demais lembrar que estes governos, até poucos anos atrás, foram domínio das elites.

Muitas experiências de desenvolvimento local eram vistas, numa perspectiva gramsciana, como experiências contra-hegemônicas, portadoras de uma nova perspectiva de desenvolvimento que precisaria ganhar maior espaço político para poder se afirmar no plano nacional. As políticas de “inversão de prioridades”, como eram denominadas as iniciativas que visavam priorizar os mais pobres, foram a marca deste período.

Num segundo momento, anos 90, reconhecendo os limites das capacidades locais para a promoção do desenvolvimento local, começa-se a discutir a criação de articulações horizontais como os consórcios municipais, assim como a elaboração de políticas nacionais de apoio ao desenvolvimento local. No auge da vigência da doutrina do livre mercado, estas posturas desafiavam a ideologia neoliberal ressaltando o papel do Estado como indutor de modelos de desenvolvimento.

Mas ainda a postura política do governo federal era a de propor políticas de cima para baixo, ignorando as particularidades de cada região, de cada território. E a noção de desenvolvimento era ainda identificada simplesmente com crescimento. Sempre orientando suas políticas para atender as demandas do circuito superior.

Na primeira década deste novo século, período do governo Lula, o tema do desenvolvimento local fica subordinado à discussão emergente relacionada ao próprio modelo de desenvolvimento do país. Afinal, se os movimentos contra-hegemonicos conseguiram afirmar-se como maioria, o tema do desenvolvimento local ficou menor, o que cabe discutir será o futuro do país. Mas se esta era a expectativa, verdade seja dita, avançou muito pouco uma discussão ampla e democrática sobre o modelo de desenvolvimento. As alianças feitas pelo governo Lula com o grande capital acabaram por inibir a discussão de novos paradigmas de produção e consumo.

Recentemente, com a crise global do atual modelo de desenvolvimento, a questão do desenvolvimento do território passou a estar relacionada com a do próprio modelo de desenvolvimento. E incorpora a questão ambiental pela

urgência e dramaticidade que ela carrega. Trata-se, na verdade, de uma situação mais complexa, trata-se de uma crise civilizatória onde a grande tarefa é construir uma nova sociedade e, para atender esta sociedade, um novo modelo de produção e consumo.

Em toda sociedade existe um novo modelo de produção e consumo em gestação. Ele é fruto das lutas pela sobrevivência, das lutas sociais, de conflitos pela democratização da sociedade e da riqueza. Mas este novo modelo nem tem visibilidade, nem é visto no seu conjunto, ou reconhecido como uma alternativa ao modelo vigente. Ele acaba por se apresentar na forma de inúmeras experiências que conseguem sobreviver, mas que não estão articuladas, não se convertem em uma proposta de organização social. Por força dos controles impostos pelos atores hegemônicos, o campo de experimentação de novos padrões de produção e consumo não ganha o espaço público, não se torna objeto de debate, não traz aportes para o debate sobre o modelo de desenvolvimento.

A Secretaria Nacional de Economia Solidária mapeou a existência de 22 mil empreendimentos de economia solidária no país. São cerca de 2 milhões de pessoas envolvidas nestas atividades. Iniciativas que contam com muito pouco apoio do poder público e têm de se enfrentar com a concorrência dos grandes, com toda uma institucionalidade que os favorece.

As experiências do campo da economia solidária se fundam na solidariedade, na cooperação, na complementaridade, na somatória. Mas elas, por si, não trazem uma proposta de nova organização social e produtiva para o conjunto da sociedade. São experiências que carecem de uma elaboração teórica e política para ganharem importância na cena pública, para gerarem propostas de um novo modelo de produção e consumo, pois é disso que se trata.

Os circuitos curtos de produção e consumo trazem consigo uma nova proposta de organização da sociedade e da economia. Podem ser parte de um quebra-cabeça que aponte novos caminhos. De toda maneira, para fins imediatos, é uma proposta que favorece os agentes daquele lugar, os trabalhadores e moradores daquele território.

Para Boaventura de Sousa Santos (2002), o êxito destas experiências alternativas de produção e de organização comunitária, no que diz respeito à realização de seu potencial emancipatório, depende, em boa medida, de sua capacidade de integrar processos de transformação econômica a mudanças culturais, sociais e políticas, construindo redes de colaboração e apoio mútuo e estabelecendo laços com um movimento social mais amplo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- COCCO, G. Mobilizar os territórios produtivos: para além do capital social, a constituição do comum. In: Cocco, g.; SILVA, G. In: Territórios produtivos: oportunidades e desafios para o desenvolvimento local. Sebrae, 2006.
- CORAGGIO, J.L. Sobrevivencia y otras estratégias en LAC: La perspectiva desde lo local, 2003. Disponível em: <http://www.coraggioeconomia.org/jlc/archivos%20para%20descargar/sobrevivenciyostrategias.pdf>
- SANTOS, Boaventura. Prefácio. In: SANTOS, B. Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.